

---

## Ministros do STF querem mais agilidade para aprovação da nova Loman

A edição de uma nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman) não inquieta apenas associações de juízes, preocupadas com a manutenção de prerrogativas funcionais como as férias de 60 dias. O assunto também foi citado nesta quinta-feira (2/2) pelos ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento sobre as competências do Conselho Nacional de Justiça.

O presidente do STF, Cezar Peluso, disse que o debate em relação ao CNJ deixou clara a urgência da edição de uma nova Loman. Vários ministros entenderam que o Conselho tem poder de regulamentar as investigações de juízes porque a lei dos juízes está defasada, já que é anterior à criação do conselho.

Ricardo Lewandowski, ministro que relatou o texto da nova Loman no STF, justificou a demora para a conclusão do documento citando mudanças recentes na Constituição. "As alterações constitucionais se sucedem e isso impede que nós enviemos [o anteprojeto] tal como gostaríamos de enviar. Uma das últimas alterações é um grande problema que enfrentamos é em relação à previdência dos magistrados", disse o ministro.

Para o ministro Celso de Mello, houve uma inércia do Legislativo quando o projeto ficou sob os seus cuidados, entre 1992 e 2004, "repousando em berço esplêndido em algum escaninho da Câmara dos Deputados". Depois disso, o texto foi requisitado pelo então presidente do STF, Nelson Jobim, para concluir a proposta.

Já o ministro Gilmar Mendes entendeu que a culpa do atraso é mais do próprio Judiciário do que do Legislativo. "Retiramos o projeto do Congresso e não retornamos. Da Constituição de 1988 até esses dias, temos 20 e tantos anos sem que tenha qualquer deliberação." *Com informações da Agência Brasil.*

### Date Created

03/02/2012